

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE ENSINO PESQUISA E EDUCAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS - NIEPE-EJA

RELATÓRIO DE PESQUISA 2017

Mapa da Educação de Jovens e Adultos no Estado do Rio Grande do Sul

Evandro Alves (UFRGS)

Denise Maria Comerlato (UFRGS)

Sita Mara Lopes Sant'Anna (UERGS)

RESUMO

O presente estudo referente à constituição de mapa de oferta de vagas e demanda potencial da Educação Básica pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) no estado Rio Grande do Sul. O objetivo é construir um quadro comparativo no qual se apresente, de um lado, o montante das vagas oferecidas nas quatro redes de ensino (Estadual, Municipal, Federal e Particular) e, de outro, a estimativa da demanda potencial por EJA, por município e por região do estado do RS. Para o levantamento da oferta de vagas, estão sendo desenvolvidas a coleta e sistematização de dados provenientes do Censo Escolar (INEP), no que diga respeito às matrículas iniciais e concluintes desta modalidade de ensino nas Para o levantamento da demanda potencial pela EJA, valem-se de dados advindos do Censo demográfico e do PNAD (IBGE). Pretende-se, com os dados obtidos, elaborar um panorama que relacione a demanda potencial com a oferta de vagas para esta modalidade de ensino. A pesquisa encontra-se em andamento, com a sistematização da oferta de EJA e a estimativa de demanda por esta modalidade de ensino nas diferentes regiões do estado do RS. Os dados do INEP tem permitido uma análise longitudinal da oferta de vagas na EJA no estado do RS entre 2007 e 2015. Pode-se mensurar assim, o comportamento da oferta de vagas pelas redes de ensino neste período, para entender a importância de cada uma das redes no regime de colaboração para atendimento da EJA ao longo dos anos. Com relação à demanda potencial pela EJA, está sendo realizada consolidação de dados de taxas de analfabetismo, de pessoas com mais de 15 anos não concluintes do ensino fundamental e de maiores de 18 anos não concluintes do ensino médio por município. O objetivo é constituir, a partir destes dados, estimativas da demanda potencial por município e por região do estado. O aprofundamento destes estudos pode trazer contribuições importantes para análises mais condizentes sobre a oferta e a demanda potencial pela EJA no estado do RS. Espera-se que um panorama comparativo entre oferta e demanda social por vagas nesta modalidade de ensino contribua para o cumprimento do disposto nas Metas 3, 8, 9 e 10, referentes à Educação de Jovens e Adultos, constantes no Plano Nacional de Educação vigente (BRASIL, 2014). Visa-se também, com tal panorama, subsidiar e a constituição de indicadores de acompanhamento e avaliação de políticas públicas voltadas à EJA no Estado do RS, que devem ser feitos anualmente pelo poder público, conforme o inciso I, parágrafo I, do artigo 5º. da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL,1996).

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos; Políticas Públicas; Avaliação de Sistemas de Ensino

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	DEFINIÇÃO DO TEMA E JUSTIFICATIVA	5
3	CAMPO CONCEITUAL	8
3.1	Delimitação do conceito de oferta e de demanda potencial	13
4	APRESENTAÇÃO DOS DADOS	15
4.1	Oferta de vagas na EJA	15
4.2	Estudos sobre demanda potencial pela EJA no RS	17
5	REFLEXÕES FINAIS	25
	REFERÊNCIAS	26
	ANEXOS	27

1 INTRODUÇÃO

A inspiração para a realização desse projeto de pesquisa nasce no espírito de demandas realizadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), a partir do ano de 2009, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão (SECADI) na perspectiva da produção de uma Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos no Rio Grande do Sul¹. Esse levantamento, a ser realizado por cada estado da Federação, veio ao encontro da necessidade de estados e municípios conhecerem, com mais profundidade, a realidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em suas Regiões. À época, o governo do Estado do RS não teve interesse em aderir a esse projeto, o que gerou a impossibilidade da captação de recursos via Agenda Territorial e a consequente inviabilidade para a sua implementação.

Porém, universidades como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Estadual do Rio grande do Sul (UERGS), além de segmentos da sociedade civil, deram continuidade a iniciativa da constituição de uma proposta para a elaboração do mapa da EJA no RS. Assim, o presente projeto passa a ser uma vertente desta iniciativa, ao buscar delinear um levantamento quantitativo da oferta e demanda de EJA em instituições escolares das redes municipais, estadual, federal e privada do Rio Grande do Sul.

Por conta da negativa de financiamento do projeto no Estado, o seu desenvolvimento ficou restrito à UFRGS e à UERGS, realizado no âmbito do Núcleo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos (NIEPE-EJA/UFRGS) que, em articulação com demandas do Fórum Estadual de EJA-RS, vem constituindo subsídios para a constituição do Mapa da EJA no RS, como um projeto de pesquisa.

¹No RS, projeto institucional elaborado em 2010, contando com a participação de diversas instituições: UFRGS, UERGS, UNIPAMPA, FORUM EJA RS, SEDUC, UNDIME, UNCME, ATEMPA, UFRGS, UERGS, PUCRS, UPF.

2 DEFINIÇÃO DO TEMA E JUSTIFICATIVA

Entre as políticas públicas mais frágeis da Educação, senão a mais fragmentada e descontínua, a EJA continua a ser um campo pouco conhecido, desde seus dados quantitativos, até os processos de formação de professores e mesmo os de aprendizagem dos jovens e adultos pouco escolarizados. Na história recente, desde sua criação com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), (BRASIL, 1996), vimos seus dados serem frequentemente mascarados, sendo um dos principais fatores, a falta de financiamento da EJA quando na vigência do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), no período de 1996 a 2007.

Outro fator que dificulta o diagnóstico desse campo é a variedade de redes, instituições e organizações que a oferecem, já que no RS a oferta é livre em relação aos anos iniciais do ensino fundamental, conforme emana o Conselho Estadual de Educação - Parecer N° 250 (RIO GRANDE DO SUL, 1999)², o que significa que não há necessidade de regulamentação frente ao Conselho Estadual de Educação (CEED), aumentando ainda mais a diversidade da oferta e a sua falta de registro.

Em resumo, no Brasil, assim como no RS, a maior parte da população acima de 15 anos não completou o ensino fundamental, demonstrando que o problema da escolarização da população não se resolve apenas com a universalização do ensino para crianças e adolescentes. Infelizmente, a escola não tem conseguido um ensino de qualidade, no sentido de promover, para todos, a aprendizagem, a permanência e a continuidade com sucesso. Dados fornecidos pelo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016) demonstram que 50,2% da população brasileira acima de 25 anos não completou o ensino fundamental. Certamente, fatores sociais e econômicos são fundamentais nessa análise, pois esses trazem questões que extrapolam o campo da educação.

Deste modo, observa-se que a desigualdade social brasileira está refletida também na

² Alterada pelas Resoluções 313 e 316 de 2011, do CEEd/RS.

desigualdade escolar, nas possibilidades de acesso, permanência e sucesso na escola, desencadeando um círculo de exclusões que se refletem na impossibilidade de acesso a empregos qualificados e a um alijamento dos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade. Assim, justifica-se esta investigação para que se possa mapear, de um lado, a oferta de EJA, com base em dados do Censo Escolar e, de outro, a demanda por EJA neste ente federativo, fundamentado em levantamentos populacionais do IBGE, mais especificamente o Censo Demográfico.

Deste modo, a proposta de realização desse diagnóstico tem em vista construir subsídios para implementação de políticas públicas em EJA que sejam permanentes, amplas, duradouras e qualificadas, garantindo aos jovens e adultos o ingresso, a permanência, a aprendizagem e a continuidade com sucesso dos estudos, avançando nas indicações feitas pelos Fóruns de EJA na construção do documento referência da VI CONFINTEA (Conferência Internacional de Educação de Adultos).

Neste sentido, a pesquisa se utiliza de diversos levantamentos de dados quantitativos, obtidos através de informações do Censo Demográfico e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, e dos levantamentos sobre diversos aspectos quanto ao atendimento à Educação de Jovens e Adultos, constantes nas sinopses e microdados estatísticos do Censo Escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Nesta perspectiva, a pesquisa o Mapa da EJA no RS contempla os seguintes objetivos:

Objetivo geral

- Realizar levantamentos diagnósticos, de caráter quantitativo, da oferta de EJA e da demanda potencial por essa oferta nos municípios do estado do RS, conforme dados censitários do IBGE, contribuindo para a promoção de ações, especialmente nas políticas públicas de educação na área de EJA.

Objetivos específicos

- Organizar os dados do Censo Escolar entre 2007 e 2015, da oferta de matrícula inicial de EJA nos municípios do Estado;

- Organizar os dados do IBGE referentes ao Censo Populacional e Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio, buscando identificar indicadores que poderiam auxiliar a delimitar a demanda potencial no Estado;
- Contrapor as sistematizações entre oferta de EJA e demanda potencial, buscando, a partir da análise dos dados, estabelecer relações entre essa oferta e demanda, na perspectiva da garantia do Direito à Educação.

3 CAMPO CONCEITUAL

A Educação de Jovens e Adultos - EJA pode ser caracterizada como um campo pedagógico fronteiro e imerso na complexidade social, cuja reflexão transborda os limites da escolarização (DI PIERRO, JOIA, MASAGÃO, 2001). Ainda segundo os autores, princípios e processos de uma Educação de Jovens e Adultos, não raro, ocorrem no entremeio entre os ditos "aprendizados da escola" e aprendizados de outros contextos (qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política, etc.). Tais processos ocorrem às pessoas jovens e adultas ao longo de suas vidas sem, necessariamente, estarem vinculados a um desenho formativo voltado à certificação da escolaridade.

Assim, o campo pedagógico fronteiro em torno da EJA é afetado, simultaneamente, pelas potencialidades das dinâmicas que o constituem enquanto modalidade de ensino, e pela relutância histórica do Estado brasileiro, em suas diferentes esferas (municipal, estadual e federal) em desconsiderar pessoas jovens e adultas como sujeitos de direito e com direitos à educação.

Diante dessa perspectiva, delineiam-se, para fins deste texto, algumas características da Educação de Jovens e adultos, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA, constante no Parecer 11/2000 (BRASIL, 2000): (1) a Educação de Jovens e Adultos, entendida como uma intrincada conjunção de processos formativos, não pode se restringir ao mero provimento da escolarização sob pena de desconsiderar a complexidade de seu campo de atuação, explicitada anteriormente; e (2) a escolarização, sob a responsabilidade do Estado, continua sendo, ainda que não a completude dos processos formativos da EJA, uma componente essencial dessa, um direito fundamental, com efeitos importantes para a vida dos estudantes desta modalidade, inclusive para ter acesso a outros processos formativos, como o de qualificação profissional.

Além dos artigos específicos para a Educação de Jovens e Adultos (Art. 37 e 38), a LDBEN (BRASIL, 1996) também preconiza, em seu artigo 5º, com relação às competências do poder público com relação a educação básica, inclusive para pessoas jovens e adultas, que:

Art. 5o. O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.

É dever do poder público, na esfera de sua competência federativa:

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, **bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica;**

II - **fazer-lhes chamada pública.** (grifo nosso)

No caso da escolarização, por entender-se, em primeiro lugar, como a reparação de um direito negado na infância (BRASIL, 2000), essa se constitui como um direito subjetivo, ou seja, um direito que se cumpre a partir da vontade do sujeito. Nessa perspectiva, assim esclarece o referido parecer:

Direito público subjetivo é aquele pelo qual o titular de um direito pode exigir imediatamente o cumprimento de um dever e de uma obrigação. Trata-se de um direito positivado, constitucionalizado e dotado de efetividade. O titular deste direito é qualquer pessoa de qualquer faixa etária que não tenha tido acesso à escolaridade obrigatória. Por isso é um direito subjetivo, ou seja, ser titular de alguma prerrogativa é algo que é próprio deste indivíduo. O sujeito deste dever é o Estado no nível em que estiver situada esta etapa da escolaridade. (BRASIL, 2000, p.28).

Não sendo mais uma obrigação para os maiores de 18 anos, sujeitos jovens e adultos, cientes de seus direitos, caso desejem concluir seus estudos, constituem um público que potencialmente deveria ter sua matrícula assegurada pelo Estado. Neste sentido, a EJA, ao institucionalizar-se como modalidade da educação básica, deveria ter oferta obrigatória e generalizada, de modo a tornar a escolarização de jovens e adultos uma prática comum, socialmente conhecida e culturalmente praticada. No entanto, a escolarização é ainda vista, no senso comum, como destinada às crianças. Cabe também ressaltar que o poder público tem um papel enorme a cumprir nesta mudança de concepção. A chamada pública e a divulgação para a sociedade da EJA ofertada nas redes são fundamentais para a criação dessa demanda, ao informar e incentivar o retorno do público que não concluiu a escolarização básica.

Por outro lado, quando o jovem, o adulto e o idoso chegam à escola, muitas vezes se deparam com estruturas sucateadas e ofertas precarizadas, especialmente no ensino noturno, com pouco acolhimento e serviços escolares, com professores despreparados e uma organização escolar e curricular que frequentemente não atende as suas demandas. Além disso, convivem com a permanente ameaça do fechamento de turmas nas escolas, o que apenas reforça a ideia da EJA como medida compensatória. Esse conjunto de fatores que historicamente indicam uma oferta ainda muito precária nesta modalidade, certamente com

muitas exceções, também desanima os estudantes da EJA, contribuindo para a evasão e a desistência.

Exemplo da fragmentação da oferta e sua descontinuidade, mesmo após o financiamento da EJA ser incorporada ao Fundeb em 2006³, pode ser vista na análise abaixo:

[...] a expectativa era a de que a inclusão da EJA no Fundeb seria um importante indutor de oferta e que a enorme demanda potencial automaticamente responderia a ela. O fato de essa expectativa não ter se cumprido gerou uma série de hipóteses, entre elas, a concorrência indesejável de programas voltados ao mesmo público, como o ProJovem, ou ainda o novo impulso dado à certificação via exames devido à criação do Encceja. Tais alternativas desestimulariam o público a buscar os cursos presenciais de EJA, dificultando a consolidação do formato que vinha se impondo como estruturante da política (RIBEIRO; CATELLI JR; HADDAD, p. 17, 2015).

O ProJovem, criado em 2005, originalmente destinado a “jovens de 18 a 24 anos, que moram em capitais, estejam fora do mercado formal de trabalho e que não concluíram a 8ª série do ensino fundamental”⁴, já se modificou e se reduziu enormemente, apresentando ofertas, hoje, como ProJovem profissional e ProJovem Adolescente, mantendo poucas características de seu projeto original. O Encceja (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) foi criado em 2002 e realizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) com o objetivo de, através de prova nacional, certificar pessoas com mais de 15 anos no ensino fundamental e com mais de 18 anos no ensino médio.

Em 2009 o Inep transferiu a certificação do Ensino Médio para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2009 e, em 2017, o MEC decidiu adotar novamente o Encceja para a certificação do ensino médio. Enquanto isso, o Programa Brasil Alfabetizado, que o Ministério realiza desde 2003 em parceria com Estados e municípios para atender prioritariamente municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, foi suspenso pelo governo Temer em junho de 2017. Esses são apenas alguns exemplos da pulverização de políticas voltadas para EJA de caráter incerto e temporário e que pouco contribuem efetivamente para ampliar a escolaridade da população acima de 15 anos.

Conforme os dados do relatório Education at a Glance 2017 (Um olhar sobre a educação, em tradução livre), publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e amplamente divulgados pela imprensa revelam que,

³ A EJA passa a receber recursos do MEC a partir do FUNDEB, criado em 2007. Contudo, o valor recebido por estudante de EJA é menor que o do estudante do “ensino regular”.

⁴ Fonte: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/209-564834057/1708-sp-86950697>. Acesso em: 07/01/2018)

no Brasil:

Em 2015, mais da metade dos adultos, com idade entre 25 e 64 anos, não tinham acesso ao ensino médio e 17% da população sequer tinham concluído o ensino básico. Os números estão muito abaixo da média dos países da OCDE, que têm 22% de adultos que não chegaram ao ensino médio e 2% que não concluíram o básico.

O relatório, no entanto, mostra um avanço. Entre os adultos de 25 e 34 anos, o percentual de alunos que completou o ensino médio subiu de 53% em 2010 para 64% em 2015.

Considerando que o ensino médio brasileiro tem duração de 3 anos e deveria ser cumprido entre os 15 e os 17 anos de idade, o Brasil também apresenta taxas muito abaixo da média dos outros países analisados no relatório. Apenas 53% dos alunos de 15 anos estão matriculados no ensino médio. Entre os alunos de 16 anos, 67% estão matriculados no ensino médio e, entre os de 17 anos, 55%. Na média dos países da OCDE, pelo menos 90% dos alunos entre 15 e 17 estão no ensino médio. Dos adolescentes brasileiros que têm acesso ao ensino médio, só a metade conclui os estudos em três anos.⁵

A desigualdade social tem muitos fatores que a sobrepõe e a escolarização é um das formas perversas de mantê-la, pois produz e mantém a subordinação ao poder das classes mais privilegiadas. As pessoas sofrem o estigma social de serem “a-nalfabetas”, por estarem “ir-regulares” na relação idade/série, por tentar finalizar seus estudos em idade “im-própria”. Tais designações só contribuem para aumentar a auto-culpabilização da pessoa jovem e adulta por não haver concluído seus estudos e a gratidão, quase “excessiva”, dessas para quem lhes promove ações de escolarização como se fosse um favor, e não, um direito legal.

Deste modo, um dos maiores desafios da área da Educação de Jovens e Adultos é o de tentar definir seu público sem o registro do que lhes “falta” em escolaridade, mas pelo direito à educação que o poder público não garantiu. Ou seja, qual seria a necessidade de vagas para atender as pessoas acima de 15 anos que ainda não concluíram o ensino fundamental e maiores de 18 anos que não concluíram o ensino médio?

Ainda, de forma urgente, no contexto posterior a publicação do Plano Nacional de Educação - Lei 13.005 (BRASIL, 2014), fez-se necessária a realização de levantamentos e projeções para o cumprimento das metas estipuladas, tanto as metas finais, que vencem ao término do decênio de vigência do Plano (2024), quanto às metas parciais, que teriam de ser cumpridas, num crescente e em períodos anteriores.

A EJA neste Plano, conta com 3 metas específicas, a saber: a *Meta 8*, voltada à redução das desigualdades e à valorização da diversidade; a *Meta 9*, voltada para aumento dos anos de escolarização da população e redução do analfabetismo e a *Meta 10*, voltada para a integração

⁵ Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-09/mais-da-metade-dos-adultos-brasileiros-nao-chegam-ao-ensino-medio-diz>. Acesso em 14/09/2017

educação e trabalho, o que atende, em grande parte, as necessidades das classes trabalhadoras. Além disso, considera-se a Meta 3, como importante para parte do público da EJA, constituindo-se, assim, as metas, conforme o Quadro 1:

Quadro 1

Principais Metas para a EJA no PNE.

Meta 3: Atendimento da EJA	Meta 8: Escolaridade da EJA	Meta 9: Implementação da EJA	Meta 10: Integração da EJA
<p>*Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).</p>	<p>*Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).</p>	<p>*Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.</p> <p>*Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens;</p> <p>*Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensinos fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;</p> <p>*Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;</p> <p>*Assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais.</p>	<p>*Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.</p> <p>*Educação profissional técnica integrada ao ensino médio na modalidade EJA;</p> <p>*Educação profissional técnica concomitante ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos</p> <p>*Formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional integrada ao ensino fundamental na modalidade EJA;</p> <p>*Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino médio na modalidade EJA;</p> <p>*formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino médio na modalidade EJA.</p>

Os estudos de Machado e Alves (2017) revelam a importância do PNE 2014-2024, como instância de política pública para a consolidação da EJA como direito e do efeito que o Plano evidencia nos demais planos, via sistemas estaduais e municipais. Quanto a garantia de que as metas sejam atingidas, políticas públicas restritivas e reducionistas vem trazendo sérias

implicações no atingimento dessas metas. Um estudo aprofundado desse impacto vem sendo realizado pelas autoras.

Deste modo, apesar de todos os empecilhos ao cumprimento das metas, essas não se darão sem o conhecimento da oferta e da demanda potencial da EJA em cada local do Estado. Só assim poderia-se obter políticas públicas que tenham aplicação coerente de recursos em cada município, por ações das redes municipais e estadual, de acordo com as necessidades reais no campo da EJA.

3.1 DELIMITAÇÃO DO CONCEITO DE OFERTA E DE DEMANDA POTENCIAL

Desde o primeiro Censo, em 1872, inicia-se um movimento de identificação do analfabetismo como um problema, e “surge como questão nacional somente com a reforma eleitoral de 1881 (Lei Saraiva), a qual ao ‘censo pecuniário’ acrescentou o ‘censo literário’ que estabeleceu a proibição do voto do analfabeto”. (FERRARO, pág. 130, 2009). Com essa restrição, a questão do analfabetismo torna-se, efetivamente, um problema político, pois o analfabeto passa a ser considerado, legalmente, como “incapaz” de escolher seus governantes. A visão do analfabeto como um sujeito “incapaz” se estendeu, ao longo do século XX, se estendendo a outros aspectos da vida cotidiana, produzindo um estigma social no qual, além de uma vergonha nacional, o analfabeto era visto como um entrave ao desenvolvimento.

Essa demanda generalizada pela alfabetização acaba circunscrita, para pessoas jovens e adultas, pelo disposto na LEI 5692/71, com a criação ensino supletivo, que atendia pessoas com mais de 18 anos para o então ensino de 1o. grau e 21 anos para o ensino de 2o. grau. Com a Constituição Federal de 1988, que garantiu o direito de todos à Educação, “inclusive aqueles que não concluíram em idade própria”, obrigou estados e municípios a ampliarem a oferta para esse público. Por fim, a LDBEN, (Lei 9394/96), amplia ainda mais a demanda potencial com a redução da idade mínima, sendo exigido 15 anos para ingresso no Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio na EJA, constituída como uma modalidade da Educação Básica.

Deste modo, empregamos, para fins deste estudo, os seguintes conceitos:

Oferta de Vagas na EJA - A Educação básica é um direito público subjetivo e se efetiva na forma de realização da matrícula escolar. Cada matrícula realizada corresponde a uma vaga oferecida pelas diversas redes de ensino. O total de matrículas iniciais realizadas na EJA é igual ao total de oferta de vagas desta modalidade.

Demanda Potencial pela EJA - A partir do disposto na LDBEN, a demanda potencial pela EJA seria constituída por: Pessoas maiores de 15 anos não alfabetizadas. Pessoas maiores de 15 anos que não concluíram o Ensino Fundamental. Pessoas maiores de 18 anos que não concluíram o Ensino Médio.

4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Desejando, portanto, contribuir, dando visibilidade a dados pouco visíveis sobre a configuração da EJA no estado, o presente estudo visa apresentar elementos que podem promover a elaboração de um panorama da situação atual desta modalidade, mediante mapeamento quantitativo da oferta de vagas para a EJA nas redes de ensino (Municipal, Estadual, Federal e Particular) no Rio Grande do Sul e do cálculo da demanda potencial.

Para tanto, do ponto de vista metodológico, realizou-se um estudo quantitativo de acompanhamento longitudinal da oferta de vagas para a Educação de Jovens e Adultos nas redes de ensino (Municipal, Estadual, Federal e Particular) no estado, de 2007 a 2015, utilizando-se dados do Censo Escolar, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Educacional Anísio Teixeira - INEP, e para o levantamento da demanda potencial da EJA, utilizou-se dados do Censo Demográfico do IBGE.

No relatório do ano de 2016 apresentou-se os dados de 2007 a 2013, desejando-se agora dar sequência a esse estudo longitudinal, acrescido dos estudos da demanda potencial.

4.1 OFERTA DE VAGAS NA EJA

Uma das atividades de pesquisa consiste no acompanhamento longitudinal matrículas iniciais pelas diversas redes de ensino. O período de análise compreende os anos de 2007 – 2015, demonstrado na Figura 1.

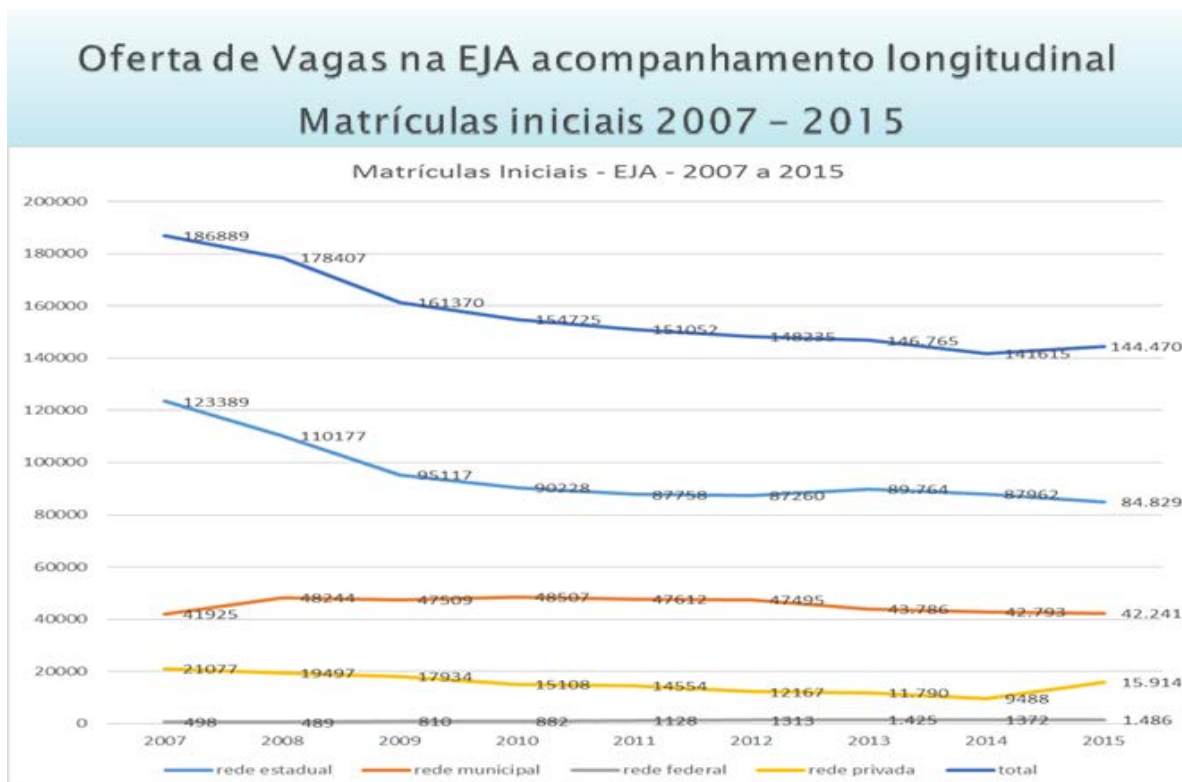


Figura 1: Oferta de vagas na EJA (2007-2015)

Fonte: Elaboração dos autores, a partir dos dados do CENSO ESCOLAR

A partir do gráfico de oferecimento de vagas, podemos observar a queda na oferta de vagas no período 2007-2015. A partir desta informação os próximos passos do projeto foram de elaborar o algoritmo da demanda potencial da EJA por município, a partir do CENSO (IBGE, 2010), onde se notou a importância da rede estadual na oferta de vagas, seguida pelas redes municipal, privada e federal. Este levantamento está em andamento.

No período entre 2007-2014, houve uma queda geral na oferta de vagas. Em 2015, pela primeira vez desde 2007, houve aumento de vagas. No detalhamento pelas redes de ensino, porém, percebe-se que, entre 2014-2015, as redes públicas de ensino mantiveram, a grosso modo, o mesmo volume em oferta de matrículas iniciais.

A única rede a aumentar, significativamente o número de ofertas na EJA foi a rede privada neste período. Este fato, ainda inédito, necessita de um acompanhamento pelos próximos anos para determinar se trata de uma tendência, os impactos deste acréscimo sobre o quadro geral de oferta de vagas na modalidade de ensino e os fatores que poderiam estar influenciando para a conformação deste quadro.

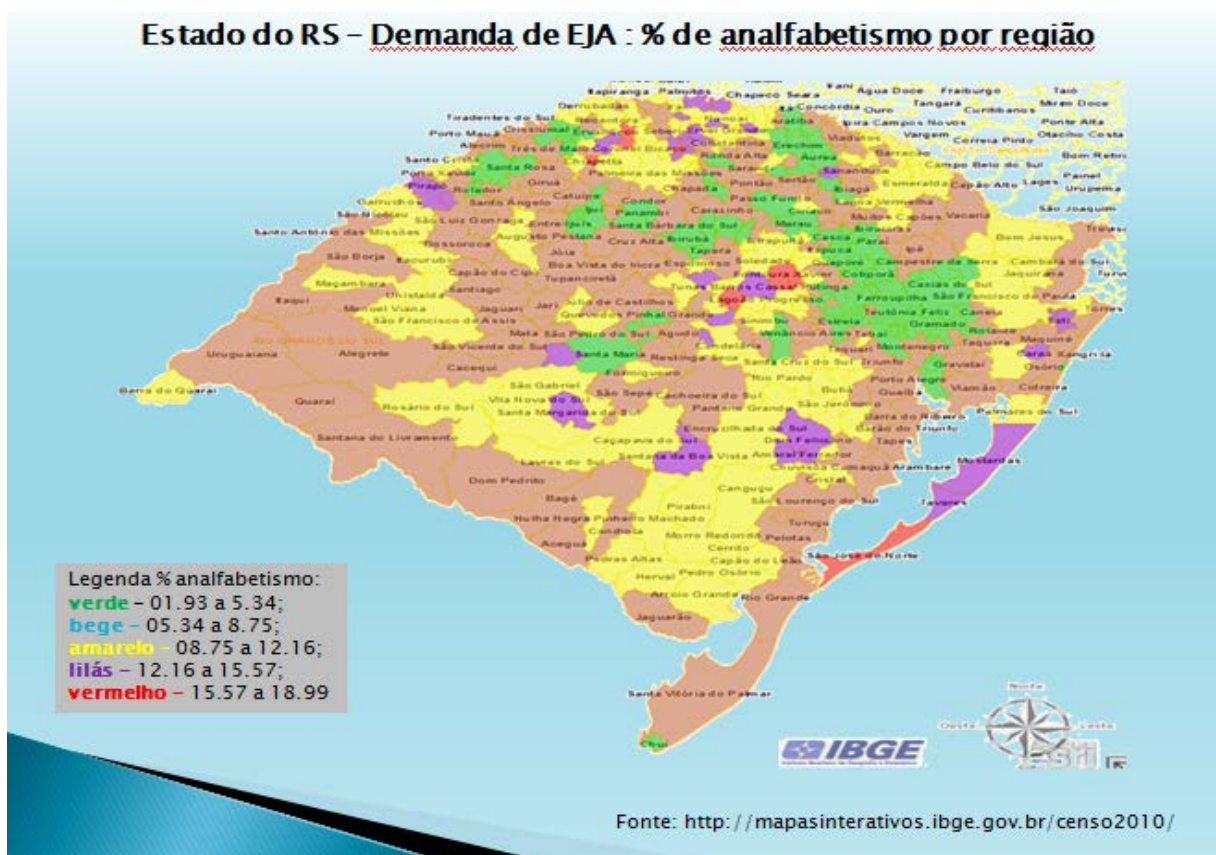
Outra rede que apresenta leve acréscimo em sua oferta é a federal, o que certamente engloba as ofertas do Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica

na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Esse detalhamento será efetivado, posteriormente.

Como é possível verificar, a maior responsável pela oferta de vagas de EJA é a rede estadual.

4.2 ESTUDOS SOBRE DEMANDA POTENCIAL PELA EJA NO RS

Uma das frentes iniciais de estudo diz respeito a delimitação, a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010, o percentual de analfabetismos por município do estado do RS.



Fonte: apresentação SIC 2016

Podemos dizer que existe distribuição desigual quanto à demanda potencial pela alfabetização na EJA, nos diversos municípios e regiões do estado. Trata-se de uma dinâmica similar quando da comparação do índice de analfabetismo entre os estados do Brasil, também caracterizada por uma distribuição regional desigual (FERRARO, 2009). Nota-se haver relação entre os índices de analfabetismo e as desigualdades sociais regionais.

Outro cuidado importante é considerar ou somente o índice percentual ou o

contingente populacional, quando da análise da demanda potencial de EJA, seja quanto ao analfabetismo ou à finalização do ensino fundamental. Mostrar somente os números percentuais ou somente os números absolutos pode incorrer em uma análise não precisa dessa demanda potencial. Tomemos por exemplo, no Quadro 2:

QUADRO 2

15 MAIORES TAXAS PERCENTUAIS DE ANALFABETISMO E DE NÃO CONCLUSÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL, PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS, NO ESTADO DO RS, POR MUNICÍPIO

Maiores percentuais de demanda por Alfabetização EJA, por município do RS								
	Município	Meso região	Micro região	CRE	Dist Km Poa capital	Pop + 15 anos	% analfab EJA + 15 anos (aprox.)	Nº. Pessoas analfabets +15 anos (aprox.)
1	Lagoão	Noroeste	Soledade	25 ^a	267	4.605	20,11%	926
2	Lajeado do Bugre	Noroeste	Carazinho	20 ^a	384	1.833	18,33%	336
3	Fontoura Xavier	Noroeste	Soledade	25 ^a	158	7.543	17,45%	1.316
4	São José do Norte	Sudoeste	Litoral Lagunar	18 ^a	372	19.981	17,37%	3.471
5	São José do Herval	Noroeste	Soledade	25 ^a	224	1.674	16,31%	273
6	Redentora	Noroeste	Três Passos	21 ^a	433	6.824	16,28%	1.111
7	Novo Tiradentes	Noroeste	Frederico Westphalen	20 ^a	400	1.806	15,28%	276
8	Barros Cassal	Noroeste	Soledade	25 ^a	256	8.289	15,14%	1.255
9	Rio dos Índios	Noroeste	Frederico Westphalen	7 ^a	427	2.876	14,85%	427
10	Tavares	Metropolitana	Osório	11 ^a	230	4.208	14,38%	605
11	São Pedro das Missões	Noroeste	Carazinho	20 ^a	377	1.459	14,12%	206
12	Cerro Grande	Noroeste	Carazinho	20 ^a	391	1.895	14,04%	266
13	Santana da Boa Vista	Sudeste	Serras do Sudeste	5 ^a	293	6.616	13,98%	925
14	Benjamin Constant do Sul	Noroeste	Erechim	15 ^a	412	1.637	13,81%	226
15	Braga	Noroeste	Três Passos	21 ^a	480	2.852	13,78%	393

Maiores percentuais de demanda Conclusão de Ensino Fundamental na EJA, por município do RS								
	Município	Meso região	Micro região	CRE	Dist Km Poa capital	Pop + 15 anos	% EF EJA + 15 anos (aprox.)	Nº. Pessoas analfabets +15 anos (aprox.)
1	Barão do Triunfo	Metropolitana	São Jerônimo	12 ^a	101	5.334	77%	4.113
2	Floriano Peixoto	Noroeste	Erechim	15 ^a	350	1.689	77%	1.299

3	Sério	Centro Oriental	Lajeado-Estrela	3ª	154	1.900	77%	1.456
4	Dom Feliciano	Metropolitana	Camaquã	12ª	175	11.004	76%	8.407
5	Chувиска	Metropolitana	Camaquã	12ª	150	3.737	76%	2.831
6	Herveiras	Centro Oriental	Santa Cruz do Sul	6ª	191	2.242	75%	1.688
7	Sinimbu	Centro Oriental	Santa Cruz do Sul	6ª	171	8.118	75%	6.090
8	Charrua	Noroeste	Passo Fundo	15ª	378	2.528	75%	1.893
9	Turuçu	Sudeste	Pelotas	5ª	178	2.806	74%	2.080
10	Vale do Sol	Centro Oriental	Santa Cruz do Sul	6ª	196	8.841	73%	6.428
11	Lajeado do Bugre	Noroeste	Carazinho	20ª	384	1.833	73%	1.331
12	Riozinho	Metropolitana	Gramado-Canela	11ª	104	3.375	72%	2.433
13	São José das Missões	Noroeste	Carazinho	20ª	361	2.131	72%	1.530
14	Jari	Centro Ocidental	Santiago	9ª	378	2.862	71%	2.037
15	Gramado Xavier	Centro Oriental	Santa Cruz do Sul	6ª	204	2.887	71%	2.054

CRE: Coordenaria Regional de Educação: 3ª (Estrela); 5ª (Pelotas); 6ª (Santa Cruz do Sul); 7ª (Passo Fundo); 9ª. (Cruz Alta); 11ª (Osório); 12ª (Guaíba); 15ª (Erechim); 18ª (Rio Grande); 20ª (Palmeira das Missões); 21ª (Três Passos); 25ª (Soledade);

Fonte: Censo 2010. Quadro elaborado pelo autores

O Quadro 2, que lista os municípios com maiores percentuais de analfabetismo e demanda por Ensino fundamental no estado do RS, revela um determinado espectro de municípios: municípios pequenos (consequentemente, com redes de ensino pequenas) e com baixa população localizados eminentemente em áreas rurais, distantes da capital.

Quando falamos de percentuais de analfabetismo, as demandas localizam-se, em média, a 340 km de Porto Alegre. Já os maiores percentuais de demanda por finalização de ensino fundamental na modalidade EJA localiza-se, em média, a 230km.

Quanto à concentração da demanda por alfabetização, há diferenças na distribuição geográfica. Os municípios com maiores percentuais de demanda por alfabetização na modalidade EJA se localizam nas regiões noroeste e sul do estado. Já com relação aos maiores percentuais de demanda pela finalização do Ensino Fundamental na modalidade, há uma maior distribuição, com concentração, além da região noroeste, de municípios das regiões metropolitana e centrais do Estado. Talvez em função disso, cabe notar que somente um município (Lajeado do Bugre), surge em ambas as listagens, da de cidades com maiores demandas por alfabetização e da por finalização do ensino fundamental na modalidade EJA.

Com relação ao Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), evidencia-se haver certa

correlação entre os 29 municípios com altas demandas de alfabetização e finalização do ensino fundamental na modalidade EJA e os 15 piores IDHs no estado do RS (Quadro 3).

QUADRO 3
15 Municípios com piores IDHs do estado do RS (2010)

Cidade	IDH 2010
Dom Feliciano (RS)	0,587
Barão do Triunfo (RS)	0,61
Lajeado do Bugre (RS)	0,613
Jaquirana (RS)	0,614
Herveiras (RS)	0,616
Chuívisca (RS)	0,616
Benjamin Constant do Sul (RS)	0,619
Charrua (RS)	0,62
Passa Sete (RS)	0,622
São José do Norte (RS)	0,623
Amaral Ferrador (RS)	0,624
Vale do Sol (RS)	0,624
Turuçu (RS)	0,629
Redentora (RS)	0,631
Jari (RS)	0,631

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/ranking>

12 municípios (Dom Feliciano, Barão do Triunfo, Lajeado do Bugre, Herveiras, Chuvisca, Benjamin Constant do Sul, Charrua, São José do Norte, Turuçu, Redentora, Jari), listados no Quadro 2 como maiores demandas potenciais por alfabetização e finalização do ensino fundamental na EJA reaparecem na listagem das cidades com piores IDHs no RS (Quadro 3). Essa relação é de certa forma esperada, pois aspectos relativos à escolarização (alfabetização e tempo de escolaridade) são considerados para a composição do Índice.

Até agora, tomamos somente os percentuais para inferir algumas características regionais com relação às demandas por Alfabetização e finalização do Ensino Fundamental pela população com mais de 15 anos. Porém, o quadro muda totalmente ao se evidenciar os mesmos dados não em termos percentuais, mas o número absoluto do contingente de pessoas que constituiriam a demanda potencial da EJA pela alfabetização e conclusão do Ensino Fundamental no RS, conforme se pode verificar no Quadro 4.

QUADRO 4

15 MAIORES CONTINGENTES DE POPULAÇÃO COM 15 ANOS OU MAIS ANALFABETA OU NÃO CONCLUINTE DO ENSINO FUNDAMENTAL NO ESTADO DO RS, POR MUNICÍPIO

Maiores demandas por Alfabetização EJA, em números absolutos, por município do RS								
	Município	Meso região	Micro região	CRE	Dist Km Poa capital	Pop + 15 anos	% analfab EJA + 15 anos (aprox.)	Nº. Pessoas analfabetas +15 anos (aprox.)
1	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	1ª	0	1.144.434	2,27%	25.979
2	Pelotas	Sudeste	Pelotas	5ª	261	262.906	4,12%	10.832
3	Caxias do Sul	Nordeste	Caxias do Sul	4ª	128	346.796	2,34%	8.115
4	Viamão	Metropolitano	Porto Alegre	28ª	25	180.081	4,19%	7.545
5	Rio Grande	Sudeste	Litoral Lagunar	18ª	317	151.977	4,62%	7.021
6	Santa Maria	Centro Ocidental	Santa Maria	8ª	290	208.927	3,18%	6.644
7	Canoas	Metropolitano	Porto Alegre	27ª	14	251.189	2,61%	6.556
8	Novo Hamburgo	Metropolitano	Porto Alegre	2ª	42	187.659	3,36%	6.305
9	Gravataí	Metropolitano	Porto Alegre	28ª	23	196.817	3,2%	6.298
10	Alvorada	Metropolitano	Porto Alegre	28ª	21	144.326	3,93%	5.672
11	São Leopoldo	Metropolitano	Porto Alegre	2ª	36	165.516	3,17%	5.247
12	Passo Fundo	Noroeste	Passo Fundo	7ª	289	145.089	3,58%	5.194
13	Cachoeira do Sul	Central Oriental	Cachoeira do Sul	24ª	196	66.977	7,49%	5.017
14	Bagé	Sudoeste	Campanha Meridional	13ª	374	91.220	4,93%	4.497
15	Canguçu	Sudeste	Pelotas	5ª	274	42.236	9,17%	3.873

Maiores demandas por Conclusão de Ensino Fundamental na EJA, em números absolutos, por município do RS								
	Município	Meso região	Micro região	CRE	Dist Km Poa capital	Pop + 15 anos	% analfab EJA + 15 anos (aprox.)	Nº. Pessoas analfabetas +15 anos (aprox.)
1	Porto Alegre (RS)	Porto Alegre	Porto Alegre	1ª	0	1.144.434	26%	298.156
2	Caxias do Sul (RS)	Nordeste	Caxias do Sul	4ª	128	346.796	33%	114.621
3	Pelotas (RS)	Sudeste	Pelotas	5ª	261	262.906	42%	110.858
4	Canoas (RS)	Metropolitano	Porto Alegre	27ª	14	251.189	36%	90.266
5	Novo Hamburgo (RS)	Metropolitano	Porto Alegre	2ª	42	187.659	45%	83.763
6	Viamão (RS)	Metropolitano	Porto Alegre	28ª	25	180.081	43%	77.159

		tan						
7	Gravataí (RS)	Metropoli tan	Porto Alegre	28 ^a	23	196.817	39%	76.540
8	São Leopoldo (RS)	Metropoli tan	Porto Alegre	2 ^a	36	165.516	41%	67.148
9	Santa Maria (RS)	Centro Occidental	Santa Maria	8 ^a	290	208.927	32%	66.834
10	Alvorada (RS)	Metropoli tan	Porto Alegre	28 ^a	21	144.326	44%	63.986
11	Rio Grande (RS)	Sudeste	Litoral Lagunar	18 ^a	317	151.977	42%	63.699
12	Passo Fundo (RS)	Nororeste	Passo Fundo	7 ^a	289	145.089	34%	49.294
13	Sapucaia do Sul (RS)	Metropoli tan	Porto Alegre	27 ^a	19	100.841	41%	41.616
14	Bagé (RS)	Sudoeste	Campanha Meridional	13 ^a	374	91.220	42%	37.957
15	Santa Cruz do Sul (RS)	Centro Oriental	Santa Cruz do Sul	6 ^a	155	95.797	38%	36.500

CRE: Coordenaria Regional de Educação: 1a. (Porto Alegre); 2a. (São Leopoldo); 4^a (Caxias do Sul); 5^a (Pelotas); 6^a (Santa Cruz do Sul); 7^a (Passo Fundo); 8a. (Santa Maria); 13^a (Bagé); 18^a (Rio Grande); 20^a (Palmeira das Missões); 24^a (Cachoeira do Sul). 27^a (Canoas); 28^a (Gravataí);

Fonte: Censo 2010. Quadro elaborado pelo autores

O Quadro 4 lista os municípios com maiores demandas de analfabetismo e demanda por conclusão de Ensino fundamental no estado do RS organizado em números absolutos por município. Revela assim, o contingente populacional demandante por alfabetização e ensino fundamental. O perfil de municípios que aqui se apresenta é outro. Se a demanda potencial, em termos percentuais, concentrava-se em municípios menores, em termos absolutos, esse problema social diz respeito à capital, à grandes municípios da região metropolitana e centros regionais do interior do estado, como Caxias, Santa Maria, Rio Grande, Passo Fundo e Bagé.

Em termos de quilometragem, o problema também se aproxima mais da capital e região metropolitana. As maiores demandas por alfabetização ditam agora em torno de 152km da capital em média. A distância diminui pouco, 20 km, ficando em 132Km de distância média, ao falarmos de demandas pela conclusão de ensino fundamental na EJA.

Essa pouca diferença de quilometragem, comparada com a diferença de quase 100Km entre esses dois aspectos em termos percentuais aponta uma outra curiosidade. A distância não diminui muito, quando tomada em termos absolutos, pois os municípios das duas listas são praticamente os mesmos (13 municípios se repetem, realçados em amarelo), enquanto as localidades listadas no quadro 1, enfatizando os percentuais de alfabetização e conclusão do ensino fundamental, são bem diferentes: apenas um aparecia nas duas listagens.

Tomadas em termos absolutos, a concentração geográfica da demanda pela Alfabetização e conclusão do Ensino Fundamental pela população jovem e adulta não difere

entre si: é um problema da capital, região metropolitana e centro regionais do interior do estado. Isso, mesmo considerando que muitos destes municípios possuem percentuais baixos de alfabetização, por exemplo, mas que não refletem o contingente alto de pessoas jovens e adultas que não se alfabetizaram e/ou não concluíram o Ensino Fundamental nestes municípios, alguns dos quais, como Porto Alegre, Santa Maria e Caxias do Sul, listados como os maiores IDHs do estado, conforme Quadro 5.

QUADRO 5
15 Municípios com melhores IDHs do estado do RS (2010)

Cidade	IDH 2010
Porto Alegre (RS)	0,805
Carlos Barbosa (RS)	0,796
Três Arroios (RS)	0,791
Ipiranga do Sul (RS)	0,791
Lagoa dos Três Cantos (RS)	0,789
Garibaldi (RS)	0,786
Nova Araçá (RS)	0,785
Casca (RS)	0,785
Santa Maria (RS)	0,784
Ivoti (RS)	0,784
Horizontina (RS)	0,783
Caxias do Sul (RS)	0,782
Ijuí (RS)	0,781
Nova Petrópolis (RS)	0,78
Vista Alegre do Prata (RS)	0,78

Através das listas acima, fica claro que não havendo percentual alto de demanda ou IDH alto, não quer dizer necessariamente não haver contingente populacional alto demandante por vagas na escolarização de jovens e adultos em uma determinada localidade.

As listagens por maiores percentuais e por contingentes populacionais trazem diferentes perspectivas da demanda potencial por EJA, trazidas pelo próprio tratamento de dados. Enfatizando-se a apresentação de dados percentuais, surgem municípios pequenos, localizado eminentemente das zonas rurais ou de pesca do estado, que demandam um tipo de ação e de implicação do poder público para organizar o atendimento desta demanda. Enfatizando-se a apresentação dos mesmos dados, organizados pelo número absoluto, surge como municípios a capital do estado, grandes municípios da região metropolitana e outros centros regionais. Muitos desses municípios com IDH elevado, o que, tomado *per se*, não dá a dimensão da demanda potencial por EJA ali localizada. Um caso gritante é o da própria

capital, que possui o IDH mais alto e baixo índice de analfabetismo, mas, em termos absolutos, é onde se concentra a maior demanda por alfabetização e conclusão de ensino fundamental para a população jovem e adulta no RS.

Outras ações desta pesquisa quanto à constituição de panoramas sobre a demanda potencial pela EJA no estado do Rio Grande do Sul dizem respeito a:

- estudo enfatizando a cidade de Porto Alegre, com a distribuição da demanda potencial nas regiões e bairros da cidade, (Anexo 1).
- levantamento geral sobre as demandas por alfabetização, finalização de Ensino Fundamental e Médio nos municípios do estado (Anexo 2).

Alem disso, uma apresentação foi elaborada no sentido da socialização e subsídio a discussões envolvendo essas temáticas em reunião realizadas no Conselho Estadual de Educação, no dia 11 de janeiro de 2018 (Anexo 3).

Os dados quantitativos ainda poderiam ser complementados por dados qualitativos da realidade destes municípios, o que traria novos elementos e perspectivas para a compreensão do fenômeno em estudo. Mas somente pelos números já se pode descortinar cenários das demandas potenciais pela da EJA, ligadas ao desenvolvimento das diversas regiões do estado. Tal diversidade implicam políticas públicas diferenciadas nos diferentes contextos políticos, geográficos e culturais, para publicizar e organizar a oferta de forma eficaz.

Assim, compreender o fenômeno da relação entre oferta e demanda de EJA é um primeiro passo, sobretudo pelos entes públicos, para a garantia da Educação como Direito a todas as cidadãs e a todos os cidadãos, garantindo acesso, permanência e qualidade de ensino.

Para realizar tal exercício de compreensão e avaliar estratégias conbdizentes e eficazes às diferentes realidades do estado do RS, é necessário que o podere públbico realize levantamentos, qualitativos e quantitativos, de modo geral a levantar a demanda potencial pela EJA no seu contexto local e organizar, de forma colaborativa, a oferta dessa modalidade de ensino. Cumprir-se-ia, assim pelo poder publico do artigo 5º da LDBEN, parágrafo 1º, inciso II e III, no que diz respeito a: “ I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica” e, ainda, o que afirma o inciso II, sobre a necessidade de “ fazer-lhes a chamada pública”.

5 REFLEXÕES FINAIS

Os dados levantados do período sobre a oferta de EJA no Rio Grande do Sul revelam queda de matrículas nos últimos anos, com aumento, significativo na rede privada e levemente, na rede federal, por conta do PROEJA.

Sobre a demanda, entre o percentual e o número absoluto que representa a demanda em potencial da EJA, observa-se que há uma diferença significativa. Faz-se necessário olhar os números absolutos para que se tenha clareza da demanda real de EJA.

Geograficamente, percebe-se que as áreas de maior demanda representam as desigualdades sociais, os bolsões de miséria e falta de oportunidades, que se apresentam, principalmente nas periferias ou em regiões com menor IDH.

Nesse sentido, alerta-se para a necessidade do cumprimento do artigo 5º da LDBEN no que tange ao recenseamento e o chamamento público da população para a oferta de EJA.

Com base nesses resultados, observa-se a importância desse estudo pelas possibilidades de auxílio na proposta de políticas públicas pelos poderes públicos locais e regionais, mas ainda, pela necessidade de divulgação dos resultados, também em espaços não acadêmicos. A EJA, como direito público subjetivo só se efetiva, quando o sujeito tem plena consciência de seu direito e para adquiri-lo, por vezes, necessita bater na porta do Ministério Público. Por isso, a divulgação desses dados necessita ocorrer em larga escala!

Para que o poder público (estado e municípios) seja instado ao cumprimento de suas obrigações, de realização do recenseamento anual, conforme o disposto no artigo 5º da LDBEN e a garantia do direito ao acesso, permanência e qualidade de ensino na Educação de Jovens e Adultos.

REFERÊNCIAS

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Belo Horizonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA/Fundação João Pinheiro – FJPPNUD/IPEA/ Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>. Acesso em 29 mar. 2015.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDBEN/96.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº: 11/2000.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. Sinopses Estatísticas do CENSO ESCOLAR. 2007-2015

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (2014). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014: Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.. BRASÍLIA, DF: Presidência da República. Casa Civil, 25 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em 07 jun.2014.

DI PIERRO, JOIA, MASAGÃO. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Caderno CEDES** [online]. 2001, vol.21, n.55, pp.58-77. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622001000300005>. Acesso em 08/08/2017.

FERRARO, Alceu Ravello. História inacabada do analfabetismo no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

MACHADO, Maria Margarida.; ALVES, Mirian. **O PNE e os desafios da Educação de Jovens e adultos na próxima década.** In: <http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/texto1margaridamirian.pdf>. 2017. Acesso em 19 dezembro de 2017.

RIBEIRO; CATELLI JR; HADDAD. **A avaliação da EJA no Brasil:** insumos, processos, resultados Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015.

RIO GRANDE DO SUL, **Parecer CEE Nº 250,** Conselho Estadual de Educação, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Educação. Síntese das Matrículas iniciais na EJA. 2007 – 2015

ANEXOS

- estudo enfatizando a cidade de Porto Alegre, com a distribuição da demanda potencial nas regiões e bairros da cidade, (Anexo 1).
- levantamento geral sobre as demandas por alfabetização, finalização de Ensino Fundamental e Médio nos municípios do estado (Anexo 2).
- Além disso, uma apresentação foi elaborada no sentido da socialização e subsídio a discussões envolvendo essas temáticas em reunião realizadas no Conselho Estadual de Educação, no dia 11 de janeiro de 2018 (Anexo 3).

*** Mapa da EJA no RS ***

Estudos sobre demanda potencial pela Educação de Jovens e Adultos em Porto Alegre: Subsídios para a luta pelo não desmantelamento da EJA municipal

Evandro Alves
Denise Maria Comerlato
UFRGS
Sita Mara Lopes Sant'Anna
UERGS

NIEPE-EJA/UFRGS
Julho, 2017

Realização



Apoio



Apresentação

O presente estudo, vinculado ao Núcleo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos (NIEPE-EJA/UFRGS), é parte da proposta de (re)constituição de um mapa da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul (RS), que identifique a situação das vagas oferecidas nas diversas redes de ensino e da demanda potencial pela EJA.

Objetivos

GERAL:

- ▶ O estudo visa elaborar panorama que contribua para a avaliação das políticas públicas voltadas à EJA no município de Porto Alegre.

ESPECÍFICOS:

- ▶ Agrupar dados sobre demanda potencial
- ▶ Analisar preliminarmente os dados, para identificar características da demanda potencial pela EJA no município de Porto Alegre.

Metodologia

- Estudo quantitativo
- Fonte: Censo Demográfico (IBGE) 2010.
- Subsídio para Estimativas: PNAD 2016.

MAPA DE EJA RS
NIEEPE-EJA/UFERS
FORUM ESTADUAL DE EJA RS

**ESTUDOS DA DEMANDA
POTENCIAL POR EJA NO
MUNICÍPIO DE PORTO
ALEGRE**

MAPA DO EJA RGS
NIEEP EJA RGS
FORUM ESTADUAL RGS

Demanda potencial EJA Município de Porto Alegre (2010)

Demanda Potencial Porto Alegre

População total : 1.409.351

População Maior de 15 anos: 1.145.082

População Maior de 18 anos 1.083.537

Taxa de analfabetismo =15 anos

2,27% pop +15 => 26.110 pessoas

% maiores de 15 anos sem EF completo

26,00% pop +15 => 298.469 pessoas

Total Demanda EJA (alfabetização + Ensino Fundamental) = 324.580

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IPEA): <http://atlasbrasil.org.br/>

Estimativa – Porto Alegre

EJA Alfabetização – 2016

- 1) Estimativa da população PNAD
2016: **1.481.019** (5,09% a mais que 2010)
- 2) Estimativa da população com mais de 15 anos em
2016: **1.203.367** pessoas
- 3) Queda estimada de 16,75% da taxa de analfabetismo
nacional (IBGE 2010– PNAD 2016)
- 4) Aplicando a queda nacional a taxa de Porto Alegre
= 2,27 -> **1,89%** aprox
- 5) estimativa de população analfabeta em Porto Alegre
2016: **22.743** pessoas

Estimativa – Porto Alegre

EJA Ensino Fundamental – 2016

- 1) Estimativa da população PNAD 2016: **1.481.019** (5,09% a mais que 2010)
- 2) Estimativa da população com mais de 15 anos em 2016: **1.203.367** pessoas
- 3) Estimativa da população sem ensino fundamental, com hipotética manutenção do percentual do CENSO 2010
26,00% pop +15 => 312.875 pessoas

Levantamento demanda potencial LDB (Lei 9394/1996)

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá:

- I – recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, ***bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica;***
- II – fazer-lhes chamada pública

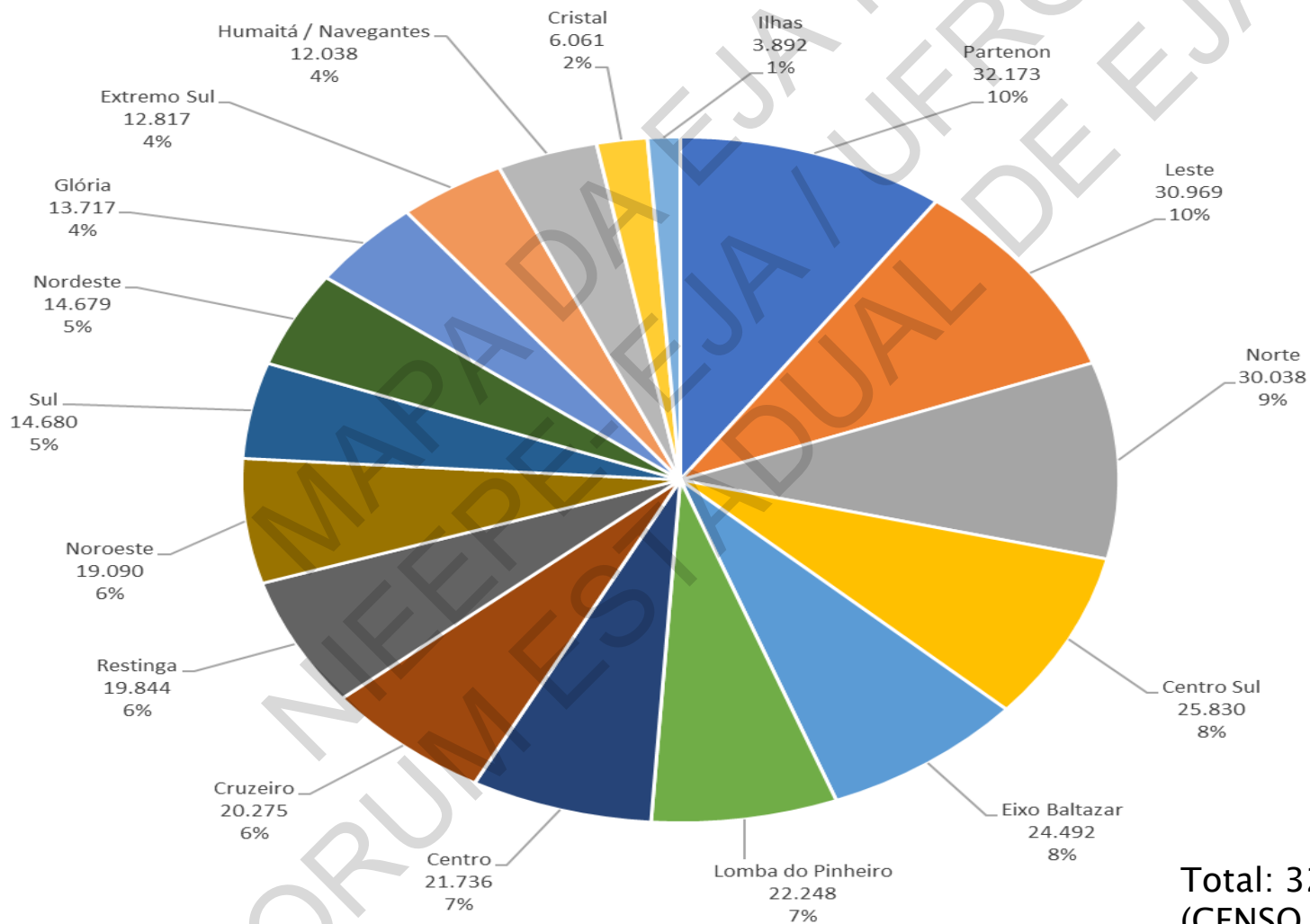
MAS ONDE ESTAS PESSOAS ESTÃO?
Os dados do CENSO 2010 dão algumas pistas.

Demanda por alfabetização e finalização do Ensino Fundamental, por Região de Porto Alegre (CENSO 2010)

RM Porto Alegre	População de 15 anos ou mais (2010)	% Pessoas de 15 anos ou mais analfabetas e/ou sem fundamental completo	# pessoas de 15 anos ou mais analfabetas e/ou sem fundamental completo (2010)
Partenon	94651	33,99	32173
Leste	90900	34,07	30969
Norte	71051	42,28	30038
Centro Sul	89819	28,76	25830
Eixo Baltazar	80797	30,31	24492
Lomba do Pinheiro	45924	48,45	22248
Centro	248426	8,75	21736
Cruzeiro	50178	40,41	20275
Restinga	44419	44,68	19844
Noroeste	113159	16,87	19090
Sul	67366	21,79	14680
Nordeste	25841	56,81	14679
Glória	32562	42,13	13717
Extremo Sul	26713	47,98	12817
Humaitá / Navegantes	34612	34,78	12038
Cristal	22711	26,69	6061
Ilhas	5953	65,38	3892
Total	1145082	28,35	324580

Fonte: CENSO 2010
Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil
(IPEA): <http://atlasbrasil.org.br/>

Pessoas 15 anos ou mais analfabetas e/ou sem fundamental completo, por região, número absoluto e percentual de cada região na demanda potencial por EJA da cidade.



Total: 324.580 pessoas
(CENSO 2010)

20 áreas com maior em demanda potencial por EJA em Porto Alegre, por Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH) – Total (CENSO 2010)

Prioridade EJA	UDH Porto Alegre	População de 15 anos ou mais (2010)	% pessoas 15 anos ou mais analfabetas e/ou sem EF completo	# pessoas de 15 anos ou mais analfabetas e/ou sem EF completo
1	Bom Jesus : Vila Mato Sampaio / Divinéia / Fátima	11.354	66,32	7.530
2	Sarandi : Santa Rosa / Parque dos Mayas / Nova Gleba	18.267	39,40	7.196
3	São José : Morro da Cruz / Vila São José / Chácara dos Bombeiros	11.332	55,74	6.316
4	Rubem Berta : Conjunto Residencial Rubem Berta / Vila Unidos	13.579	43,07	5.849
5	Lomba do Pinheiro : Taquara / Marau / Cacimbas	10.100	56,32	5.688
6	Santa Tereza : Vila Tronco II	8.905	60,19	5.360
7	Santa Tereza : Vila Cruzeiro do Sul	8.500	61,66	5.241
8	Farrapos : Vila Liberdade e Tio Zeca	7.480	65,10	4.869
9	Jardim Carvalho : CEFER	12.797	36,37	4.654
10	Sarandi : Santo Agostinho / Free Way / Trevo Assis Brasil	10.218	41,33	4.223
11	Rubem Berta : Jardim Leopoldina	15.620	24,10	3.764
12	Mário Quintana : Vilas João Goulart / Santana II / Eucaliptos / Mutirão / Chico Mendes / Valneri Antunes / Jardim Leopoldina III	5.951	61,50	3.660
13	Passo das Pedras : Vila Ingá / Jardim Planalto II	9.143	39,95	3.652
14	Cascata : Canudos / Batillanas	6.721	52,63	3.537
15	Lomba do Pinheiro : Loteamento Quinta do Portal / Cooperativa Habitacional	6.147	55,46	3.409
16	Cel Aparício Borges : Chácara do Primeiro / Pantanal / Saibreira	5.816	57,70	3.356
17	Centro Histórico	36.068	8,80	3.174
18	Lomba do Pinheiro (bairro)	7.564	41,18	3.115
19	Restinga : Vila Castelo	4.060	69,12	2.806
20	Sarandi : Vila Nova Brasília / Vila Elizabeth	7.997	34,95	2.795

20 áreas com maior demanda potencial por EJA em Porto Alegre, por UDH - Alfabetização- População 15 anos ou mais (CENSO 2010)

Prioridade de EJA	UDH Porto Alegre	População com 15 anos ou mais	ANALFABETISMO	
			Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais (2010)	# pessoas analfabetas - 15 anos ou mais (2010)
1	Bom Jesus : Vila Mato Sampaio / Divinéia / Fátima	11.354	7,62	638
2	Sarandi : Santa Rosa / Parque dos Mayas / Nova Gleba	18.267	3,04	470
3	Santa Tereza : Vila Tronco II	8.905	6,94	470
4	Santa Tereza : Vila Cruzeiro do Sul	8.500	6,72	434
5	Sarandi : Vilas Caiu-do-Céu / Ipê São Borja / Nossa Senhora Aparecida	3.001	16,63	418
6	São José : Morro da Cruz / Vila São José / Chácara dos Bombeiros	11.332	4,65	413
7	Farrapos : Vila Liberdade e Tio Zeca	7.480	6,51	368
8	Lomba do Pinheiro : Taquara / Marau / Cacimbas	10.100	4,3	352
9	Jardim Carvalho : CEFER	12.797	2,71	301
10	Rubem Berta : Conjunto Residencial Rubem Berta / Vila Unidos	13.579	2,4	280
11	Sarandi : Santo Agostinho / Free Way / Trevo Assis Brasil	10.218	3,17	277
12	Mário Quintana : Vilas João Goulart / Santana II / Eucaliptos / Mutirão / Chico Mendes / Valneri Antunes / Jardim Leopoldina III	5.951	6,12	276
13	Cascata : Canudos / Batillanas	6.721	4,42	240
14	Passo das Pedras : Vila Ingá / Jardim Planalto II	9.143	3,03	239
15	Jardim Sabará : Otávio dos Santos / Guadalajara	3.505	8,13	219
16	Sarandi : Vila Dique / Minuano	5.242	4,64	205
18	Lomba do Pinheiro : Loteamento Quinta do Portal / Cooperativa Habitacional	6.147	4,15	202
19	Passo d'Areia : Vila do IAPI / Obirici	7.564	3,13	199
20	Menino Deus (bairro)	4.761	5,4	195

20 áreas com maior demanda potencial por EJA em Porto Alegre, por UDH - conclusão Ensino Fundamental - População entre 15 e 27 anos (CENSO 2010)

Prioridade de EJA	UDH Porto Alegre	FINALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
		População de 15 a 17 anos (2010)	% de pessoas entre 15 e 17 anos sem fundamental completo (2010)	# de pessoas entre 15 a 17 anos sem fundamental completo (2010)
1	Bom Jesus : Vila Mato Sampaio / Divinéia / Fátima	1.208	64,92	784
2	Santa Tereza : Vila Tronco II	818	73,4	600
3	Santa Tereza : Vila Cruzeiro do Sul	824	72,68	599
4	São José : Morro da Cruz / Vila São José / Chácara dos Bombeiros	1.006	54,2	545
5	Sarandi : Santa Rosa / Parque dos Mayas / Nova Gleba	1.212	44,43	538
6	Rubem Berta : Conjunto Residencial Rubem Berta / Vila Unidos	973	46,79	455
7	Farrapos : Vila Liberdade e Tio Zeca	674	64,92	438
8	Mário Quintana : Vilas João Goulart / Santana II / Eucaliptos / Mutirão / Chico Mendes / Valneri Antunes / Jardim Leopoldina III	622	67,32	419
9	Lomba do Pinheiro : Taquara / Marau / Cacimbas	817	49,78	407
10	Lomba do Pinheiro : Loteamento Quinta do Portal / Cooperativa Habitacional	605	54,2	328
11	Jardim Carvalho : CEFER	805	40,51	326
12	Passo das Pedras : Vila Ingá / Jardim Planalto II	584	54,47	318
13	Lomba do Pinheiro (bairro)	527	56,72	299
14	Passo das Pedras : Vila Passo das Pedras I e II	428	68,66	294
15	Cascata : Canudos / Batillanas	547	52,13	285
16	Sarandi : Santo Agostinho / Free Way / Trevo Assis Brasil	607	45,62	277
18	Menino Deus (bairro)	484	54,2	262
19	Camaquã : Travessa Escobar	453	56,62	256
20	Belém Novo : Leblon / Copacabana / Veludo / Chavante / Amizade	350	72,68	254

20 áreas com maior demanda potencial por EJA em Porto Alegre, por UDH - conclusão Ensino Fundamental - População entre 18 e 25 anos (CENSO 2010)

Prioridade de EJA	UDH Porto Alegre	População de 18 a 24 anos (2010)	FINALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
			% de 18 a 24 anos sem fundamental completo (2010)	# de pessoas entre 18 e 24 anos sem fundamental completo (2010)
1	Bom Jesus : Vila Mato Sampaio / Divinéia / Fátima	2.226	39,89	888
2	São José : Morro da Cruz / Vila São José / Chácara dos Bombeiros	2.115	34,81	736
3	Santa Tereza : Vila Tronco II	1.672	40,56	678
4	Santa Tereza : Vila Cruzeiro do Sul	1.576	39,6	624
5	Sarandi : Santa Rosa / Parque dos Mayas / Nova Gleba	2.948	21,15	624
6	Farrapos : Vila Liberdade e Tio Zeca	1.493	39,89	596
7	Lomba do Pinheiro : Taquara / Marau / Cacimbas	1.681	34,5	580
8	Rubem Berta : Conjunto Residencial Rubem Berta / Vila Unidos	2.296	20,9	480
9	Lomba do Pinheiro (bairro)	1.125	35,58	400
10	Passo das Pedras : Vila Passo das Pedras I e II	850	46,3	394
11	Mário Quintana : Vilas João Goulart / Santana II / Eucaliptos / Mutirão / Chico Mendes / Valneri Antunes / Jardim Leopoldina III	1.098	34,56	379
12	Lomba do Pinheiro : Loteamento Quinta do Portal / Cooperativa Habitacional	1.076	34,81	375
13	Jardim Carvalho : CEFER	1.869	18,21	340
14	Menino Deus (bairro)	927	34,81	323
15	Vila Jardim : Av. Circular / Souza Lobo	897	35,58	319
16	Camaquã : Travessa Escobar	961	33,13	318
18	Sarandi : Santo Agostinho / Free Way / Trevo Assis Brasil	1.558	18,46	288
19	Farrapos : SESI / Igreja Santíssima Trindade	698	40,56	283
20	Passo das Pedras : Vila Ingá / Jardim Planalto II	1.303	21,24	277

20 áreas com maior demanda potencial por EJA em Porto Alegre, por UDH – conclusão Ensino Fundamental – População acima de 25 anos (CENSO 2010)

Prioridade de EJA	UDH Porto Alegre	População de 25 anos ou mais (2010)	FINALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
			% pessoas de 25 anos ou mais sem fundamental completo (2010)	# pessoas de 25 anos ou mais sem fundamental completo (2010)
1	Sarandi : Santa Rosa / Parque dos Mayas / Nova Gleba (Porto Alegre)	14.107	38,84	5.479
2	Bom Jesus : Vila Mato Sampaio / Divinéia / Fátima (Porto Alegre , RM Porto Alegre)	7.920	63,04	4.993
3	Rubem Berta : Conjunto Residencial Rubem Berta / Vila Unidos (Porto Alegre , RM Porto Alegre)	10.310	44,5	4.588
4	São José : Morro da Cruz / Vila São José / Chácara dos Bombeiros (Porto Alegre , RM Porto Alegre)	8.211	54,9	4.508
5	Lomba do Pinheiro : Taquara / Marau / Cacimbas (Porto Alegre , RM Porto Alegre)	7.602	56,13	4.267
6	Jardim Carvalho : CEFER (Porto Alegre , RM Porto Alegre)	10.123	35,97	3.641
7	Santa Tereza : Vila Tronco II (Porto Alegre , RM Porto Alegre)	6.415	53,99	3.463
8	Santa Tereza : Vila Cruzeiro do Sul (Porto Alegre , RM Porto Alegre)	6.100	56,51	3.447
9	Farrapos : Vila Liberdade e Tio Zeca (Porto Alegre , RM Porto Alegre)	5.313	63,04	3.349
10	Sarandi : Santo Agostinho / Free Way / Trevo Assis Brasil (Porto Alegre , RM Porto Alegre)	8.053	41,41	3.335
11	Rubem Berta : Jardim Leopoldina (Porto Alegre , RM Porto Alegre)	12.822	24,44	3.134
12	Passo das Pedras : Vila Ingã / Jardim Planalto II (Porto Alegre , RM Porto Alegre)	7.256	38,32	2.780
13	Centro Histórico (Porto Alegre , RM Porto Alegre)	29.856	9,26	2.765
14	Cascata : Canudos / Batillanas (Porto Alegre , RM Porto Alegre)	5.061	53,08	2.686
15	Mário Quintana : Vilas João Goulart / Santana II / Eucaliptos / Mutirão	4.231	59,03	2.498
16	Lomba do Pinheiro : Loteamento Quinta do Portal / Cooperativa Habitacional	4.466	54,9	2.452
18	Cel Aparício Borges : Chácara do Primeiro / Pantanal / Saibreira (Porto Alegre , RM Porto Alegre)	4.164	58,03	2.416
19	Lomba do Pinheiro (bairro) (Porto Alegre , RM Porto Alegre)	5.807	41,41	2.405
20	Passo d'Areia : Vila do IAPI / Obirici (Porto Alegre , RM Porto Alegre)	13.834	16,59	2.295

Análises Preliminares

- 1) A demanda potencial por EJA distribui-se desigualmente em Porto Alegre.
- 2) A demanda concentra-se, sobretudo, nas zonas periféricas da cidade. O aumento da população entre 2010-2016, da ordem de 5%, não afeta significativamente o percentual de cada bairro na composição da demanda potencial pela EJA.
- 3) Percentuais não necessariamente indicam onde realmente está a demanda. É necessário considerar os números absolutos.
- 4) Dada a demanda potencial e sua distribuição, fechar escolas e/ou centralizar atendimento à EJA não parece ser uma medida eficaz.
- 5) É responsabilidade do Poder Público municipal, conforme LDB recenseamento anual de jovens e adultos e maior publicização das chamadas públicas, a fim de converter a demanda potencial pela EJA em efetivos estudantes da modalidade na rede de atendimento já existente na cidade.

Contato

NIEPE-EJA/UFRGS
niepe_eja@ufrgs.br

Página do Núcleo da EJA UFRGS
<http://www.ufrgs.br/niepeeja/>

REFERÊNCIAS

- ▶ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010.
- ▶ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios. 2016.
- ▶ BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. Sinopses Estatísticas do CENSO ESCOLAR. 2007-2015
- ▶ BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
- ▶ FERRARO, Alceu Ravello. História inacabada do analfabetismo no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.
- ▶ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Educação. Síntese das Matrículas iniciais na EJA. 2007 - 2015

MAPA DA OFERTA DE VAGAS E DEMANDA POTENCIAL PELA EJA NO RS: SUBSÍDIOS À AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

*Evandro Alves
Denise M. Comerlato
Sita Mara Lopes Sant'Anna*

Janeiro, 2018

Histórico

- ▶ A mobilização deste projeto originou-se mediante demanda do MEC, em 2008, visando a constituição da Agenda Territorial da EIA em cada estado Brasileiro.
- ▶ No RS, projeto institucional elaborado em 2010, contando com a participação de diversas instituições: UFRGS, UERGS, UNIPAMPA, FORUM EIA RS, SEDUC, UNDIME, UNCME, ATEMPA, UFRGS, UERGS, PUCRS, UPF.
- ▶ Como não houve financiamento do projeto no estado, a atuação ficou restrita à UFRGS e à UERGS, via NIEPE- EIA/ UFRGS, que, em articulação com demanda do Forum EIA- RS, vem constituindo subsídios para a constituição do mapa da EIA no RS, como um projeto de pesquisa.

Objetivo Geral

- ▶ Elaborar panorama da oferta de vagas e demanda potencial pela EIA/RS;
- ▶ Contribuindo para a avaliação das políticas públicas voltadas à EIA.

Objetivos Específicos

- ▶ Levantamento ao longo do tempo da oferta de vagas nas redes de ensino (Municipal, Estadual, Federal e Particular) no RS (2010- 2016).
- ▶ Estudos sobre demandas potenciais - dados do Censo 2010.
- ▶ Comparar oferta de vagas e demanda potencial, por região no estado do RS.

O que diz a LDBEN (Lei 9394/96)?

Art. 5o. O acesso à educação básica obrigatória é **direito público subjetivo**, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.

É **dever do poder público**, na esfera de sua competência federativa:

- I - **recensear anualmente** as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os **jovens e adultos que não concluíram a educação básica**;
- II - **fazer-lhes chamada pública.**

Definição de Termos

Oferta de Vagas na EJA

A **Educação básica** é um **direito público subjetivo** e se efetiva na forma de **realização da matrícula escolar**;

Cada **matrícula realizada** corresponde a uma **vaga oferecida pelas diversas redes de ensino**;

O **total de matrículas iniciais realizadas na EJA** é igual ao **total de oferta de vagas** desta modalidade.

Definição de Termos

Demanda Potencial pela EJA

A partir do disposto na LDBEN, a demanda potencial pela EJA seria constituída por:

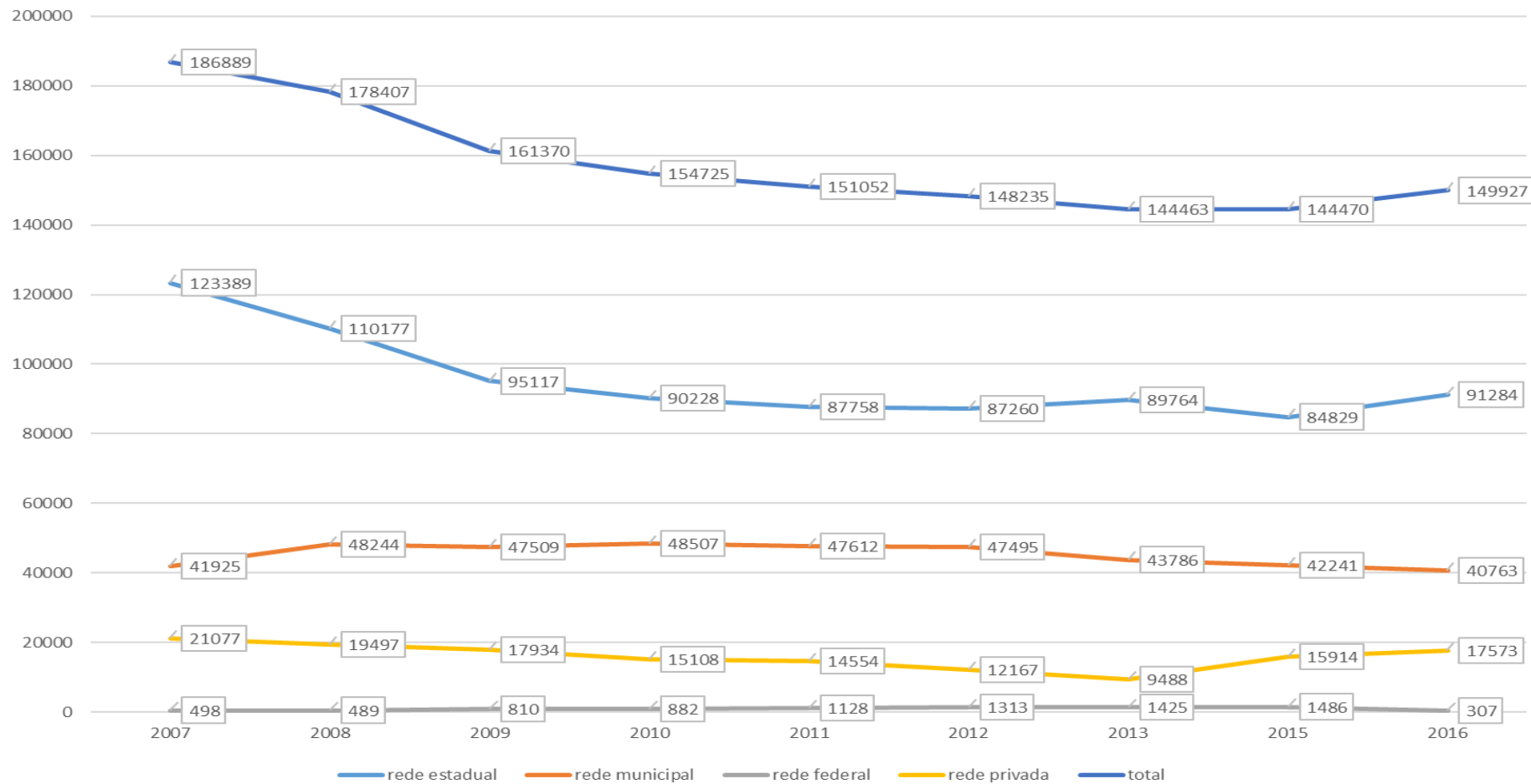
- 1) **Pessoas maiores de 15 anos não alfabetizadas.**
- 2) **Pessoas maiores de 15 anos que não concluíram o Ensino Fundamental.**
- 3) **Pessoas maiores de 18 anos que não concluíram o Ensino Médio.**

Metodologia

- Estudo quantitativo, baseado em dados do Censo Escolar (**INEP**) e Censo Demográfico (**IBGE**), para elaboração de panoramas quanto à oferta de vagas e demanda potencial pela modalidade EJA.

ESTUDOS DA OFERTA DE VAGAS
DE EJA NO RS

Oferta de vagas / Matrículas Iniciais - EJA - 2007 a 2016



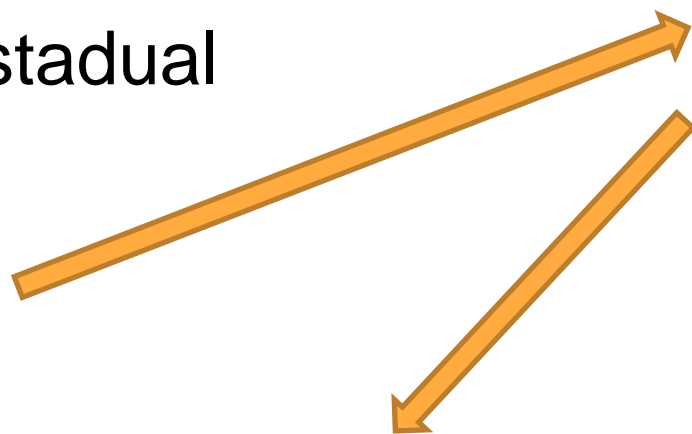
Análise Curva Rede Estadual

Rede Estadual - Por seg/etapa EB			
	2014	2015	2016
1o seg EF	↓ 5616	↓ 4501	↓ 4601
2o seg EF	→ 35406	→ 34313	→ 34764
Ensino Médio	↑ 46940	↑ 46015	↑ 51919













Rede Estadual - Presencial e Semipresencial			
	2014	2015	2016
Presencial	↓ 67915	↓ 69120	↑ 71973
Semipresencial	↑ 20047	↓ 15709	↑ 19311










1a CRE - Por Seg/etapa e Pres e Spres		
	2015	2016
1a CRE		
1o seg EF	↓ 637	↑ 707
2o seg EF	↓ 4292	↑ 5056
Ensino Médio	↓ 4715	↑ 6879
	2015	2016
1a CRE		
Presencial	↓ 6.616	↑ 7.121
Semipresencial	3.028	5.521
Total	↓ 9.644	↑ 12.642

Rede Estadual - Comportamento Vagas por CRE		
	2015	2016
Total 1 CRE	9.644	12.642
Total 2 CRE	3.413	3.354
Total 3 CRE	1.318	1.513
Total 4 CRE	3.782	4.227
Total 5 CRE	4.309	4.280
Total 6 CRE	2.691	2.910
Total 7 CRE	2.991	2.583
Total 8 CRE	5.330	5.588
Total 9 CRE	1.917	1.876
Total 10 CRE	4.220	4.478
Total 11 CRE	4.421	4.259
Total 12 CRE	4.015	4.564
Total 13 CRE	3.084	3.275
Total 14 CRE	1.970	2.052
Total 15 CRE	1.007	1.070
Total 16 CRE	1.778	1.982
Total 17 CRE	2.373	2.663
Total 18 CRE	3.298	3.656
Total 19 CRE	3.189	3.240
20ª CRE	2.050	2.116
Total 21 CRE	1.721	2.092
Total 23 CRE	445	410
Total 24 CRE	1.658	1.778
Total 25 CRE	903	1.025
Total 27 CRE	1.664	2.173
Total 28 CRE	4.432	4.231
Total 32 CRE	1.260	1.086
Total 35 CRE	2.269	2.378
Total 36 CRE	1.974	1.896
Total 39 CRE	1.703	1.887
Total Rede Estad	84.829	91.284



Análise Curva Rede Privada

Rede Particular - Por seg/etapa EB			
	2014	2015	2016
1o seg EF	 291	 130	 83
2o seg EF	 2556	 3165	 3068
Ensino Médio	 6641	 12619	 14422
Total	 9488	 15914	 17573

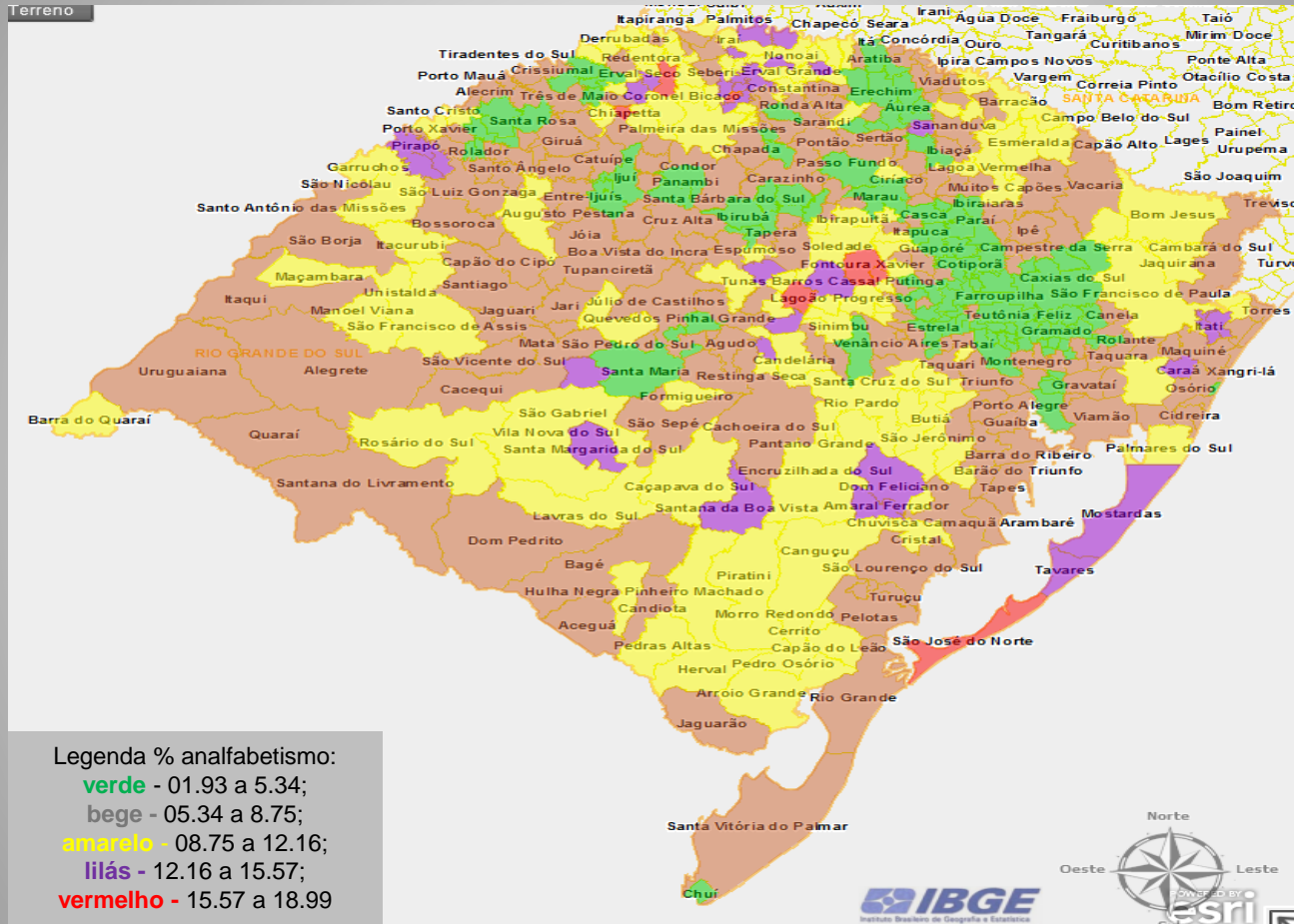
Rede Particular - Presencial e SemiPresencial/EAD			
	2014	2015	2016
Presencial	 8781	 6473	 5357
Semipresencial	 707	 9171	 12216
	 9488	 15644	 17573

CONSIDERAÇÕES

- ▶ 1) Queda na oferta de vagas na EJA no período 2007- 2014.
- ▶ 2) Aumento das vagas no período 2015- 2016, em função de oferta de vagas na rede estadual e rede privada.
- ▶ 3) Aumento de vagas, sobretudo, de caráter semipresencial/EAD.
- ▶ 4) Oferta de vagas de maneira geograficamente desigual no estado RS, também com diferenças entre as ofertas das dependências administrativas, entre ensino fundamental, médio e profissionalizante.

ESTUDOS DA DEMANDA
POTENCIAL POR EJA NO RS

Estado do RS – Demanda de EJA : % de analfabetismo por região



Fonte: <http://mapasinterativos.ibge.gov.br/censo2010/>

CENSO 2010 - Lista dos maiores

Analfabetismo **percentuais de** Demanda por finalização do Ensino Fundamental

CRE	Município	População de 15 anos ou mais (2010)	Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais (2010)	Contingente Pessoas analfabetas	CRE	Municípios	População com mais de 15 anos	Percentual de pessoas que não terminaram o ensino fundamental	Contingente de pessoas com mais de 15 anos que não terminaram o ensino fundamental
25	Lagoão (RS)	4.605	20,11%	926	12	Barão do Triunfo (RS)	5.334	77%	4.113
20	Lajeado do Bugre (RS)	1.833	18,33%	336	15	Florianópolis (RS)	1.689	77%	1.299
25	Fontoura Xavier (RS)	7.543	17,45%	1.316	3	Sério (RS)	1.900	77%	1.456
18	São José do Norte (RS)	19.981	17,37%	3.471	12	Dom Feliciano (RS)	11.004	76%	8.407
25	São José do Herval (RS)	1.674	16,31%	273	12	Chувиска (RS)	3.737	76%	2.831
21	Redentora (RS)	6.824	16,28%	1.111	6	Herveiras (RS)	2.242	75%	1.688
20	Novo Tiradentes (RS)	1.806	15,28%	276	6	Sinimbu (RS)	8.118	75%	6.090
25	Barros Cassal (RS)	8.289	15,14%	1.255	15	Charrua (RS)	2.528	75%	1.893
7	Rio dos Índios (RS)	2.876	14,85%	427	5	Turuçu (RS)	2.806	74%	2.080
11	Tavares (RS)	4.208	14,38%	605	6	Vale do Sol (RS)	8.841	73%	6.428
20	São Pedro das Missões (RS)	1.459	14,12%	206	20	Lajeado do Bugre (RS)	1.833	73%	1.331
20	Cerro Grande (RS)	1.895	14,04%	266	11	Riozinho (RS)	3.375	72%	2.433
5	Santana da Boa Vista (RS)	6.616	13,98%	925	20	São José das Missões (RS)	2.131	72%	1.530
15	Benjamin Constant do Sul (RS)	1.637	13,81%	226	9	Jari (RS)	2.862	71%	2.037
21	Braga (RS)	2.852	13,78%	393	6	Gramado Xavier (RS)	2.887	71%	2.054

List a a partir dos maiores contingentes populacionais

CENSO2010

Analfabetismo

Demanda por finalização do Ensino Fundamental

CRE	Município	População de 15 anos ou mais (2010)	Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais (2010)	Contingente Pessoas analfabetas	CRE	MUNICÍPIO	População de 15 anos ou mais (2010)	% Pessoas acima de 15 anos sem ensino fundamental	Pessoas acima de 15 anos sem ensino fundamental
1	Porto Alegre (RS)	1.144.434	2,27%	25.979	1	Porto Alegre (RS)	1.144.434	26%	298.156
5	Pelotas (RS)	262.906	4,12%	10.832	4	Caxias do Sul (RS)	346.796	33%	114.621
4	Caxias do Sul (RS)	346.796	2,34%	8.115	5	Pelotas (RS)	262.906	42%	110.858
28	Viamão (RS)	180.081	4,19%	7.545	27	Canoas (RS)	251.189	36%	90.266
18	Rio Grande (RS)	151.977	4,62%	7.021	2	Novo Hamburgo (RS)	187.659	45%	83.763
8	Santa Maria (RS)	208.927	3,18%	6.644	28	Viamão (RS)	180.081	43%	77.159
27	Canoas (RS)	251.189	2,61%	6.556	28	Gravataí (RS)	196.817	39%	76.540
2	Novo Hamburgo (RS)	187.659	3,36%	6.305	2	São Leopoldo (RS)	165.516	41%	67.148
28	Gravataí (RS)	196.817	3,2%	6.298	8	Santa Maria (RS)	208.927	32%	66.834
28	Alvorada (RS)	144.326	3,93%	5.672	28	Alvorada (RS)	144.326	44%	63.986
2	São Leopoldo (RS)	165.516	3,17%	5.247	18	Rio Grande (RS)	151.977	42%	63.699
7	Passo Fundo (RS)	145.089	3,58%	5.194	7	Passo Fundo (RS)	145.089	34%	49.294
24	Cachoeira do Sul (RS)	66.977	7,49%	5.017	27	Sapucaia do Sul (RS)	100.841	41%	41.616
13	Bagé (RS)	91.220	4,93%	4.497	13	Bagé (RS)	91.220	42%	37.957
5	Canguçu (RS)	42.236	9,17%	3.873	6	Santa Cruz do Sul (RS)	95.797	38%	36.500

CONSIDERAÇÕES

- ▶ 1) Distribuição desigual, tanto da demanda potencial nos diversos municípios e regiões do estado. De certa forma, acompanha a grande desigualdade entre os estados do Brasil, quanto ao índice de analfabetismo, (FERRARO, 2009) é possível perceber uma distribuição regional desigual de demanda e oferta da EJA nas análises no âmbito do estado do RS.

CONSIDERAÇÕES

- ▶ 2) O fato de que não há um percentual alto não quer dizer que não há um contingente populacional alto demandando alfabetização e finalização do ensino fundamental.
- ▶ 3) As listagens por maiores percentuais e por contingentes populacionais trazem diferentes perspectivas da demanda potencial por EJA, e implicam políticas públicas diferenciadas nos diferentes contextos políticos, geográficos e culturais.

CONSIDERAÇÕES

- ▶ 4) É responsabilidade do Poder Público municipal, conforme LDB recenseamento anual de jovens e adultos e maior publicização das chamadas públicas, a fim de converter a demanda potencial pela EJA em efetivos estudantes da modalidade na rede de atendimento já existente na cidade.

REFERÊNCIAS

- ▶ BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000.
- ▶ BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010.
- ▶ BRASIL Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. Sinopses Estatísticas do CENSO ESCOLAR. 2007-2015
- ▶ BRASIL Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
- ▶ FERRARO, Alceu Ravello. História inacabada do analfabetismo no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.
- ▶ RIO GRANDE DO SUL Secretaria Estadual de Educação. Síntese das Matrículas iniciais na EJA. 2007 – 2015

Próximos passos....

- 1) Subsidiar instâncias de discussão sobre avaliação da política pública voltada à EJA no município (governos, meio sindical), bem como a órgãos como o Conselho Estadual de Educação/RS e Tribunal de Contas do Estado . A sistematização dos dados está em constante atualização na página do Núcleo da EJA UFRGS: <http://www.ufrgs.br/niepeeja/mapa-da-educacao-de-jovens-e-adultos-no-rs>
- 2) Elaborar mapas comparativos entre demanda e potencial, tendo por projeto piloto o município de Porto Alegre:
https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1R4T4dpJ_hkizghImjbavGBLzOh0&ll=-29.974513171994445%2C-51.10331521386718&z=11